

REVISITANDO A LITERATURA SOBRE O SINDICALISMO RURAL: UM ESTUDO SOBRE A CONTAG PELA PERSPECTIVA DE SUA A FORMAÇÃO POLÍTICA

Iby Montenegro de Silva¹

Grupo de Trabalho 6

A REORDENAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO: EMPRESARIAMENTO E RESISTÊNCIAS

Resumo:

A partir de uma análise da literatura sobre o sindicalismo rural, este artigo tratou de revisitar a trajetória da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) refletindo sobre sua prática de formação de quadros. Com isso, buscando entender os motivos que levaram a Contag a criar em 2006 sua Escola de Formação Política, a Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc), bem como seus objetivos. De um modo geral, nosso intuito foi desvelar o sentido que a prática da formação política teve (e tem) para os desdobramentos das ações políticas da Confederação.

Introdução:

O presente artigo parte do projeto de pesquisa para mestrado da autora, cujo eixo temático é a trajetória do sindicalismo rural brasileiro pela perspectiva do processo de formação de quadros dirigentes.

Verificando a literatura pertinente, observamos que, desde os anos 1970, já havia um esforço da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) na formação de seus dirigentes. Nos anos 1980, a representatividade política da Contag enquanto porta voz dos trabalhadores rurais, em muito foi afetada com a emergência do “novo sindicalismo” (FAVARETO, 2006), além da emergência de novos atores na cena política do campo. Neste tempo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - fruto do processo de críticas ao sindicalismo vigente - criou diversas escolas de formação política, que foram freqüentadas por muitas lideranças de trabalhadores rurais. Nos anos 1990, houve uma ‘retomada’ da formação política da Contag, sobretudo após sua filiação à CUT, com a formação de um projeto conjunto - o Projeto CUT/ Contag de Pesquisa e Formação Sindical. Este projeto, por sua vez, desembocou na criação do Plano Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS, projeto político hoje difundido pela Contag através da Escola Nacional de Formação Política da Contag (Enfoc) – inaugurada em 2006.

¹Iby Montenegro de Silva é mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Para contato: ibymontenegro@gmail.com

Entendendo por formação política um processo de preparação de quadros e lideranças de uma organização - realizada através de eventos² como cursos, seminários, oficinas, encontros, palestras ou através de ações coletivas como passeatas, mutirões, marchas, manifestações, chamadas de 'educação na ação'³ - verificamos que, desde sua origem, a Confederação realizou atividades de formação política, que, contudo, transformaram-se ao longo da sua trajetória: adquiriram novos significados; resignificaram discursos, práticas, bandeiras e valores, mas também mantiveram marcas anteriores. Uma análise mais aprofundada sobre estes significados e marcas são nodais para entender os motivos e as condições pelos quais a Contag vem se dedicando ao exercício desta prática, levando a inaugurar recentemente a Enfoc.

A representação política

Este tópico dedica-se a apresentar o conceito de *representação política* (BOURDIEU,1989), e sua relevância, enquanto lente analítica, para o presente propósito. Com isso, desejamos subsidiar nossa reflexão a respeito da formação política enquanto espaço de construção de valores, bandeiras, discursos, objetivadas na mudança ou manutenção de estruturas de relações políticas, dado um campo de lutas.

Sendo o campo político um campo de forças e de lutas, que tem em vista transformar ou manter a relação de forças que confere sua estrutura, ele está sujeito aos efeitos das necessidades externas, fazendo-se sentir seja por intermédio da relação entre os mandantes com seus mandatários, seja pela relação dos mandatários com suas devidas organizações. Bourdieu (1989) descreve que, dada a concorrência entre os agentes que se encontram envolvidos, o campo político é assim, local onde se encontra a gênese de produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos. Em outros termos, os produtos oferecidos pelo campo político constituem-se em instrumentos de percepção e de expressão do mundo social, e assim, a distribuição do capital político em uma dada sociedade, dado os instrumentos de percepção disponíveis, depende do acesso que seus distintos grupos sociais têm desses instrumentos.

Em outro ponto, Bourdieu (1977) afirma que o mundo social é em si uma luta, sendo assim, as representações que os grupos têm de si e dos outros grupos contribuem para o que estes grupos são e o que fazem: uma representação que um determinado grupo tem do mundo social não é dado, mas é um produto de inúmeras atividades de construção de representações, que estão constantemente se fazendo e refazendo e se depositando em palavras comuns.

Nesse sentido, em momentos de constrangimentos, econômicos e sociais, os grupos sociais ameaçados de cair na descontinuidade da luta atomizada, podem vir a agregar-se a uma organização que produza a representação de sua continuidade enquanto tal. Sendo assim, o exercício de liderança de uma organização em representar os interesses 'instituídos' de seu grupo social de referência em um campo político, advém desta liderança possuir um modo particular de pensamento e de ação exigido pela participação no campo político - ou *habitus* político - em consonância com a

²Estes eventos comumente contam com a presença de pesquisadores e assessores, geralmente convocados por contribuírem com algum conhecimento específico de interesse da entidade. Os eventos também proporcionam o encontro entre antigas lideranças com novas lideranças, promovendo a socialização de seus conhecimentos e idéias.

³Observamos o uso do termo no III ENAFOR- Encontro Nacional de Formação Política da Contag - ocorrido em setembro de 2011. Trata-se de um encontro trianual onde são realizados avaliações sobre o processo formativo da Enfoc.

organização a qual representa. Contudo para adquirir tal *habitus*, é necessária ao mandante, a aquisição de uma preparação especial que lhe confira o ‘status de líder’. Esta formação política - com ritos e provas - lhe garantiria um *corpus* de saberes específicos: um conjunto de saberes acumulado pelo trabalho político passado da organização/grupo social junto à suas representações presente. Bourdieu (1989) ainda declara que, frente à ameaça de atomização de suas lutas no campo político, a busca pela elevação do nível de instrução, ou aumento do capital escolar, tem força determinante.

Assim, sob diferentes razões, temos que um ‘investimento’ no jogo político – como, por exemplo, a formação política – reflete no próprio resultado e condição do jogo. O jogo está nas “di –visões” (Bourdieu, 1989): na conservação ou transformação dos sistemas de classificação no campo político, nas representações construídas e nas instituições que perpetuam suas representações, seja no seio das organizações, seja no próprio campo.

(...) os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os tributários. (BORDIEU, 1989, p.174)

De um modo geral e com base nos pensamentos do autor, podemos advogar que uma luta no campo político se dá na relação do campo simbólico (fazer crer e reconhecer) com a luta sobre os poderes públicos. Nessa assertiva, os agentes políticos, para garantir mobilização, conquistar postos políticos e garantir-se como porta voz de seu grupo, elaboram representações do mundo social: a ‘crença mobilizadora’ dos processos políticos. Nesse debate, o porta-voz não só detém a palavra do grupo, mas sua força.

Entretanto, no calor de um conflito ou disputa entre organizações, as tomadas de decisões dos representantes, podem vir a ‘se descolar’ dos seus representados. Isto porque os agentes representantes não são independentes daquilo que professam seus concorrentes e, nestas circunstâncias, seus discursos podem se afinar mais às relações do conflito. Também conflitos são tidos no interior de uma organização - dentre seus próprios representantes - e do mesmo modo, seus discursos podem, ao fim, se afinar mais a estes conflitos e menos aos representados e demandas em si. Em outro ponto, a tendência para ‘desvios’ internos dentro de uma organização é contrabalanceada na dependência que as lutas internas têm da força de mobilização que os agentes e instituições exprimem nas lutas externas.

O direito de falar em nome de um grupo e ‘deter’ sua força é medido, portanto, pelo ‘valor de verdade’ – capacidade de naturalizar as ‘verdades’ em histórias - que estas lideranças têm. Em suma, o poder simbólico “(...) é um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.” (BOURDIEU, 1989, p.188).

Assim, para se capturar o próprio mundo social deve-se reconstruir sua história social: observando os ‘esquecimentos e perpetuações’ que reedificam a própria história no seu curso (BOURDIEU, 1977).

Nessa assertiva, o autor chama atenção para o cuidado que se deve ter ao analisar a história de um grupo social, de modo a não neutralizá-los enquanto vozes realizadoras de história. Assim traz que ‘classes dominadas não falam, são faladas’ (BOURDIEU, 1977, p.4), são ‘classe objeto’, ou seja, classe que está constantemente forçada a ‘ser falada’ pelos grupos de maior poder ou de maior influência na construção das histórias ou verdades.

É significativo ressaltar que esta dominação, antes de tudo, também encontra-se internalizada no próprio ‘dominado’, no que a forma pela qual estruturamos nossa consciência não é linear e nem o conjunto de nossas ações corresponde exatamente à quilo que pensamos.

A formação política

Neste tópico partiremos dos pensamentos de Antonio Gramsci, no que concerne ao o tema dos intelectuais e seu papel na organização. Por conseguinte, exporemos as reflexões de Fillieule et Pudal (2010) a respeito da formação do militante.

Gramsci, em *Cadernos do Cárcere*, opera com a categoria ‘intelectuais’ para designar aqueles que agem (ou tem a potencialidade de agir) para a transformação da sociedade ou sua conservação, ou seja, que são capazes de desempenhar um papel na ordem social. Sendo assim, têm papel central na explicação da realidade político- social.

Entretanto a intelectualidade a que Gramsci se refere não é uma prática autônoma das lutas de classes. Em seus escritos, Gramsci contrapõe-se à idéia da filosofia como uma atividade própria de uma determinada camada culta. Afirma que “todos os homens são ‘filósofos’, definindo os limites e as características desta ‘filosofia espontânea’, peculiar a ‘todo mundo’ ” (GRAMSCI, 2011, p. 93). Esta filosofia ‘espontânea’ seria aquela contida na linguagem – enquanto conjunto de conceitos e noções determinados -, e nos modos de ver e agir que se manifestam naquilo que geralmente chamamos de ‘folclore’. Com isso, o autor confere importância à cultura, a ideologia, ao senso comum e a religião como lugares possíveis da construção de ‘filosofias’, mesmo que de maneiras distintas.

Visto que os indivíduos pertencem a uma multiplicidade de grupos sociais, um caminho de saída da ‘filosofia espontânea’, ou, mecanicamente imposta e desagregada, para a ‘filosofia crítica’, ou, unitária e coerente a partir da crítica da realidade, estaria na formação intelectual, sendo o intelectual aquele que, mesmo tendo pouca instrução formal, seja capaz de criticar a realidade social: capaz de “conhecer-te a ti mesmo” (GRAMSCI, 2011, p. 94) como produto de um processo histórico. Em razão disso, suas funções são vinculadas à organização da sociedade - dentro de suas diversas dimensões: culturais, linguagem, etc. -, no sentido da socialização destas críticas aos demais de seu grupo referência e na criação de uma ‘nova cultura’.

Nessa assertiva, podemos considerar o líder ou o militante como um ‘intelectual’, no que, em certa medida⁴, este responde ‘organicamente’ ou diretamente à concepção de mundo de sua organização referência. Também podemos considerar o processo de formação de uma ‘ideologia’ dentro de uma organização sendo o “significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individual e coletiva” (GRAMSCI, 2011, p. 99).

Sobre o intelectual e sua ‘organicidade’, Gramsci declara:

De resto, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre a teoria e a prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquela massa, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os

⁴ Gramsci aponta que toda ação é uma ação política e que o contraste entre o pensar e o agir de um indivíduo ou grupo nem sempre é de má-fé, contudo, quando o contraste é observado em manifestações de ‘amplas massas’ deve-se verificar a natureza histórico-social deste contraste.

princípios e os problemas que aquelas massas colocaram com sua atividade prática, constituindo-se assim um bloco cultural e social. (GRAMSCI, 2011, p. 100)

Verificamos no trecho que os intelectuais seriam aqueles responsáveis por estabelecer a ligação entre a teoria e a prática, no sentido da vontade de seu grupo referência, assim, no intelectual orgânico - pela sua 'filosofia crítica'- residiria 'a direção' do grupo. Senão, vejamos:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais, uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente 'para si' sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria- prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica (GRAMSCI, 2011, p.104)

Contudo, a adesão das 'massas' aos intelectuais/dirigentes e disciplina não é simples e passa por 'duras provas'. Sobre este ponto, Gramsci alega que num 'partido organicamente formado' a distinção dirigente-dirigido seria apenas de ordem técnica. Entretanto, para que esta adesão ocorra, é necessário um processo de difusão da concepção de mundo 'do grupo' entre os dirigidos e, nesse sentido, Gramsci chama atenção para o elemento 'fé' como ferramenta de construção desta difusão.

Para o autor, quando o 'homem do povo' não se vê capaz de argumentar com seu adversário sobre suas reivindicações, ele pode recordar-se de alguém que as expôs, de maneira coerente e que assim o convenceu de suas ações. O fato de ter sido convencido por alguém seria então a razão de sua persistência em suas razões. Contudo, para a 'formação da fé' - fixação de uma orientação política - cultural e substituição do 'senso comum'-, toda organização necessita: 1) não se cansar de repetir os próprios argumentos (variando sua forma) e 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente as camadas populares, trabalhando na criação de elites intelectuais que surjam das massas e permaneçam em contato com elas para se tornarem seus 'espartilhos' (GRAMSCI, 2011, p.110).

A fim de elucidarmos sobre os modos no qual se constitui o 'intelectual' permitimo-nos, portanto, fazer um paralelo com autores contemporâneos que tivessem dedicando estudos sobre o tema da formação militante. Nesse sentido, buscando chaves analíticas em Fillieule e Pudal (2010).

Segundo os autores, nas análises sobre o 'militantismo' verifica-se um militante finalizado, por assim dizer. Sendo assim, eles recorrem a um debate sobre a noção de 'carreira militante' aproximando-se de uma visão processual e configuracional da formação militante. Esta visão seria a apreensão da existência de etapas de acesso para 'ser militante': mudanças objetivas, expressa na mudança de *status* e posições claramente definidas, e remodelações subjetivas, associadas a mudanças de perspectivas do militante, com relação à sua existência na totalidade e com relação às diversas características de suas ações. Com isso, os militantes se fazem no seu processo: estão permanentemente se construindo.

Assim as organizações são compostas por indivíduos que, por sua vez, estão inseridos dentro de uma multiplicidade de espaços sociais⁵, sendo a incorporação destes indivíduos a um esquema de ação 'conjunta' às organizações, sobretudo advinda de um

⁵ Muitas vezes, esta inserção 'múltipla' pode colocar estes indivíduos e sua organização em tensões.

conjunto de experiências socializadas por esta. Nesse sentido, a ligação entre os contextos sociais dos militantes e o estoque de oportunidades para um engajamento - resultando na sua configuração -, passa pela formação destas disposições pelas organizações e pelas suas lógicas de seleção e de orientação de atividades para seus militantes.

Para a compreensão do recrutamento e formação de militantes deve-se conjuntamente pensar nos mecanismos de aprendizagens e socialização das instituições das organizações - explícitos e implícitos - em seus contextos. Entendo por 'socialização e aprendizagem' o processo pelo qual o indivíduo acopla pontos de relação com a organização e identifica os papéis os quais ele tem de cumprir. Porém, para além da formação de lideranças em si, esta 'socialização e aprendizagem' por vezes pode direcionar-se à formação de uma homogeneização - imprimindo e/ou modificando marcas e conduta - de categorias de pensamentos dentre os integrantes de uma organização de um modo geral, ou, uma 'formação organizacional'.

Os autores afirmam que a aquisição de um 'saber fazer' e um 'saber ser' - seja pela formação de liderança ou organizacional - passa por três dimensões: por parte dos recursos materiais e simbólicos; por parte de uma visão de mundo - ideologia; pelo recrutamento de redes de sociabilidade e construção de identidades individuais e coletivas. Entretanto, estas aquisições pelos militantes podem não necessariamente ser percebidas de imediato pelos eles mesmos ou pela organização, e podem se expressar muito depois de processado a formação, ou simplesmente não se expressar. Outro fato está em que a assimilação destas aquisições varia em grau de evolução, contexto e de experiência dos seus recrutados. Nesse ponto, afirmam que as lógicas que levam um indivíduo à militância ou deserção desta passa assim pelos graus de autonomia/dependência que as esferas da vida do militante têm com relação ao exercício deste papel. Sendo assim, a formação militante pode, nesse sentido, desempenhar-se como um espaço de interiorização de regras, hábitos, modos de crenças, nas esferas de vida do militante.

Por fim, os autores levantam em seu texto alguns trabalhos da área da psicologia social que dedicaram-se ao tema do 'militantismo'. Não entrando em detalhes sobre estes trabalhos, um ponto que nos chamou atenção foi a associação feita entre a coesão do grupo/organização e a construção de sentimento de pertencimento, de reconhecimento e de sacrifícios. Deste modo, atribui-se à formação um espaço de reforço destes sentimentos, e sobretudo, de construção de um 'perfil militante'. Contudo, vale atentar que também os 'perfis' podem entrar em conflitos, como por exemplo os distintos 'perfis geracionais': mesmo sendo perfis 'construídos' dentro de uma mesma organização, estes podem operar de formas distintas a sua militância, visto o contexto e o tempo em que eles foram gerados.

Revisitando a literatura: A trajetória da Contag pela perspectiva de sua formação política

Embora a formação política seja abordada na literatura sobre o sindicalismo rural no Brasil, não se constitui, contudo, como um foco principal das análises. É instigante encontrar este vazio de análise, uma vez que a formação política tem um papel central na reprodução de qualquer organização.

A fim de demonstrar a pertinência de uma análise nesse sentido apresentaremos, a partir da leitura de Favareto (2006), Medeiros (1989; 2010), Novaes (1991), Palmeira (1985), Ricci (1999) e Tavares (1992), um resumo da trajetória da Contag, com ênfase

em indicações sobre processos de formação de quadros. Apesar de os autores não terem se debruçado sobre a questão da formação de quadros, revelam importantes dados sobre esse tema.

A Contag é a entidade sindical representativa dos trabalhadores rurais a nível nacional. É considerada a maior confederação de trabalhadores do Brasil (RICCI,1999) e o maior resultado político das lutas sociais ocorridas no campo brasileiro nos anos 1960, além de ter garantido a unidade das lutas do campo durante a época ditatorial até os anos 1980 (MARTINS, 1983).

Para uma melhor compreensão da prática instituída pela Contag, é preciso recuperar as orientações de forças políticas que lhe deram origem como a Igreja, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas. A nível desta proposta, cabe salientar que no seio destas organizações emergiu uma riqueza de experiências formativas, como por exemplo, as experiências formativas das distintas vertentes⁶ da Igreja, sendo duas delas os Círculos Operários (COs)⁷ - centrados mais em São Paulo e Rio de Janeiro - e o Movimento de Educação de Base (MEB)⁸, que passou a incentivar o sindicalismo em diversos locais - especialmente no Nordeste.

Em 1963 foi fundada a Contag, reconhecida pelo decreto de lei nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964. Na direção da Contag, quatro cargos eram ocupados por pessoas ligadas ao PCB, três à AP e dois aos ‘grupos cristãos’. No cargo de presidente elege-se Lindolpho Silva, do PCB. Para Novaes (1991), a importância deste evento revelou-se pelo fato da Contag se tornar, ao cabo, um ponto de chegada, acolhendo centenas de sindicatos fundados a partir de distintas intenções e atores.

Dois meses depois – e após o golpe militar -, a efervescência social e política entrou em refluxo, abrindo uma conjuntura de grande repressão aos movimentos operários e do campo. No contexto do regime militar, tomou posse da Confederação, como interventor, José Rotta, líder paulista do COs.

Um momento de consolidação da oposição a José Rotta foi o I Congresso da Contag, em 1966, onde dirigentes das federações do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco fizeram um bloco em contraposição as teses do congresso, então dirigido pelo interventor. Este bloco ganha corpo em 1967 ao ponto de vencer as eleições para direção da Confederação, em 1968 (RICCI, 1999). A derrubada do interventor, de acordo a opinião de Palmeira (1985, p.46), foi então realizada por representantes dos ‘setores mais atuantes de um movimento ainda em larga medida sufocado’. A nova direção teve por presidente José Francisco da Silva, proveniente da Zona da Mata Pernambucana.

Para Ricci (1999), um aspecto presente nas lideranças católicas e comunistas, que marcará a cultura sindical no pós 64, é a ‘apologia aos dirigentes’, com forte centralidade política e hierarquização da ação sindical. Para o autor, a cultura sindical disseminada anteriormente à fundação da Contag,

(...) generalizou-se e deu coerência a uma prática sindical nacional, recuperada no pós 64. É nesse sentido que são tomadas aqui como legado da prática sindical instituída no campo até o final da década de 1970, quando emergem novos movimentos sociais no campo. (RICCI, 1999, p. 80)

⁶Seja por uma linha mais definida por diretrizes socialistas (RICCI, 1999), seja por uma linha mais conservadora ou mais afinada as orientações da CNBB.

⁷Objetivavam o combate ao comunismo, e, nesse horizonte, praticavam ações para a instrução moral e profissional do trabalhador e a formação de líderes operários e sindicais.

⁸A Ação Popular (AP) - uma vertente da Igreja de cunho mais progressista- teve grande peso na ação do MEB, fazendo uso das radioescolas para realizar os trabalhos de sindicalização, formando, assim, grande parte de seus quadros (MEDEIROS, 1989; RICCI,1999).

Dentre as ações desta nova liderança, Medeiros (1989), Ricci (1999) e Palmeira (1985) enfatizam a atenção dada à formação política, sendo esta uma ‘intensa atividade pedagógica, voltada para a divulgação dos princípios do sindicalismo e para a discussão do tema da reforma agrária’ (PALMEIRA, 1985, p. 47). Contudo, tal ênfase não rompia com princípios anteriores, mas, ao contrário, consolidava-os na medida em que, para a Contag, o investimento educacional aparecia como uma vertente no fortalecimento do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) para torná-lo representativo (MEDEIROS, 1989). Realizadas pelos assessores e dirigentes da entidade, a partir de instrumentos como cursos e publicações, a ação pedagógica da Contag tentava construir uma linguagem comum (PALMEIRA, 1985).

Os cursos de formação sindical ocorreram em toda década de 1970. No começo, a equipe educacional se deslocava para os estados para formar equipes nas federações. Após, entre 1975 a 1977, ocorreram em Brasília encontros de avaliação destas práticas estaduais, orientado por um planejamento integrado de trabalho das federações com a Contag. Em depoimentos encontrados na dissertação de Tavares (1992), observa-se que, dentre os desdobramentos das ações educacionais, houve a constituição de sindicatos, desencadeada por aqueles que freqüentaram os cursos.

Externamente às práticas dentro de seu sistema, a Contag administrava com prudência sua relação com o Estado militar. “Dizendo-se autônomo em relação à Igreja e às forças políticas, legitimava-se para tratar com o Estado questões específicas de seu mandato: os interesses dos trabalhadores rurais” (NOVAES, 1991, p.178). Por outro lado, a necessidade de ‘improvisar em matéria de política’, em um contexto de ausência dos partidos de esquerda e setores combativos da Igreja (PALMEIRA, 1985, p.47), também poderia ser um dos motivos do investimento nesta educação.

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 marcaram a crise do regime militar, caracterizada por dificuldades econômicas, como também marcaram uma efervescência de lutas sociais no campo e na cidade. No meio rural especificamente, alguns movimentos e lutas paralelas à consolidação do sindicalismo rural apresentaram-se⁹. No plano do sindicalismo brasileiro, desde 1977, eram vistas movimentações como a campanha para recomposição salarial realizada pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. A importância destas movimentações é de que nelas reside a gênese do novo sindicalismo brasileiro (FAVARETO, 2006). Este novo sindicalismo, por sua vez, alicerçaria sua crítica ao sindicalismo vigente, exigindo a criação de uma nova estrutura sindical, apontando ainda a necessidade de um partido político que possibilitasse “libertar” as classes populares (RICCI, 1999).

No contexto das críticas ao sindicalismo vigente, no início da década de 1980 é fundada a CUT. As oposições sindicais vão se agregar à CUT e, assim, disputar sindicatos, federações e bandeiras com a Contag. A Confederação, por sua vez, não se filiou à CUT nem à CGT¹⁰, tentando, assim, manter sua autonomia enquanto representante dos trabalhadores rurais (NOVAES, 1991; TAVARES, 1992; RICCI, 1999). Neste contexto de disputa, a formação política poderia ter sido uma estratégia nodal para a Confederação, na garantia da sua hegemonia quanto à representação dos trabalhadores rurais. Contudo, o tema não foi aprofundado na literatura consultada. Sabe-se, no entanto que, no plano do sindicalismo brasileiro, sobretudo na CUT, houve uma proliferação de escolas sindicais durante a década de 1980 e começo de 1990, sendo estas muito utilizadas pelos rurais.

⁹ Para maiores detalhes sobre os conflitos e lutas, ver Medeiros (1989).

¹⁰ Central Geral dos Trabalhadores. Maiores detalhes sobre a relação da Contag com a CGT, ver Favareto (2006)

Além do Instituto Cajamar¹¹ - criado em 1986 em São Paulo, a partir de uma proposta de formação política advinda do Partido dos Trabalhadores – o PT¹² - surgem diversas Escolas cutistas¹³, a partir de 1987: Escola 7 de Outubro (Belo Horizonte), Escola Sul (Florianópolis), Escola São Paulo (São Paulo), Escola Amazônia (Belém), Escola Chico Mendes (Porto Velho), Escola Centro-Oeste (Goiânia) e Escola Marise Paiva de Moraes (Recife). No caso das Escolas sindicais regionais, todas possuíam programas específicos para a formação dos rurais.

Todavia, um ‘reaparecimento’ das ações formativas de caráter institucionalizado da Contag germina em 1997, com o Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical. Nesse ponto, cabe pontuar brevemente alguns acontecimentos relevantes que ocorreram no período que podem ter levado à formação do projeto.

Sob o véu das forças de oposição e de críticas à prática sindical contaguiana, no III Congresso da CUT (CONCUT), em 1988, são constituídos os Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais da CUT – DETR-CUT – e o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT – DNTR/CUT. Na ocasião do 1º Congresso do DNTR/CUT, no início de 1990, foi lançada a bandeira “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural com base na Agricultura Familiar - PADR”. Segundo Medeiros (2010), neste contexto o termo “agricultor familiar” é amplamente incorporado pelas lideranças vinculadas à CUT e o segmento passa a ter prioridade.

Contudo, ainda no início dos anos 90 ocorre uma mudança tática da ‘CUT’ em relação à Contag, abrindo diálogos entre as duas vertentes (TAVARES, 1992). Em 1995, a Contag filia-se à CUT em seu VI Congresso, extinguindo, conseqüentemente, o DNTR/CUT, que perde sua razão de ser (MEDEIROS, 2010). O termo ‘agricultura familiar’ passa progressivamente a ser adotado pela Contag, ainda que a filiação não elimine disputas entre a Contag e a CUT no interior das instâncias sindicais.

Em 1997 a Contag e a CUT elaboram o Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical, com a participação dos quadros da Contag e componentes do extinto DNTR/CUT. A idéia era realizar um diagnóstico nacional sobre o desenvolvimento rural brasileiro e a organização sindical dos trabalhadores rurais. Também tinha por objetivo a qualificação dos 200 dirigentes para que seus debates se estendessem aos dirigentes ‘intermediários’ e, posteriormente, à ‘base’. Resultado deste trabalho foi a construção de um plano alternativo de desenvolvimento rural, o PADRS – Plano Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Este consiste em um projeto político que tem por base o fortalecimento da agricultura familiar e a luta por uma ampla e massiva reforma agrária (FAVARETO, 2006).

No 9º Congresso da Contag, em 2005, a PADRS sofre uma inflexão ganhando mais um título “Solidariedade”. Nesse Congresso delibera-se a criação da Enfoc, voltada para a “formação dos dirigentes e assessores(as), indicando como perspectiva uma formação militante, processual e ampla nas temáticas que desafiam a luta sindical hoje.” (ENFOC, 2012). As definições sobre o caráter da Escola ganham corpo na formulação do Projeto Político Pedagógico da Enfoc (PPP), que por sua vez, possui uma forte diretriz na difusão do PADRSS.

A Enfoc foi inaugurada em 2006 e, segundo a visão da Contag, seria um espaço de construção de conhecimento que “favorece a troca de saberes e práticas, a reflexão,

¹¹ Primeiramente destinado a operários urbanos, o Instituto também foi frequentado por trabalhadores rurais, na maior parte das vezes, em encontros nacionais de formação.

¹² O partido foi criado em 1981.

¹³ Ainda em Recife, surge a Escola Quilombo dos Palmares, uma associação entre ‘os novos’ movimentos sindicais e movimentos populares no Nordeste.

potencialização e redimensionamento da ação sindical, na perspectiva de obter respostas efetivas às demandas gerais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.” (ENFOC, 2012).

Conclusões:

A revisão da literatura permitiu mostrar que a prática formativa pela Contag em grande medida expressou um esforço da Confederação na tradução das distintas realidades e conflitos dos trabalhadores rurais, no sentido de sua organização para as lutas. Essa construção parece ter pretendido a sua materialização em ações políticas, ou, ao menos, a garantia da Confederação e seus líderes enquanto entidade representativa dos trabalhadores rurais do Brasil. Contudo, vimos que, nos anos 1980, a formação política de outras entidades sindicais, passou a demonstrar importância na construção de críticas à prática sindical contaguiana.

A criação de Escolas, todavia, também ocorreu nos movimentos não sindicais, como no caso do MST e suas diversas escolas regionais, criadas na década de 1980, além da Escola Nacional Florestan Fernandes, inaugurada em 2005.

No final da década de 1990 emerge um projeto que aponta para uma retomada da prática de formação de líderes da Contag: o Projeto CUT/Contag. Cabe apontar que fruto desse processo é a inauguração da Enfoc, em 2006, que possui como diretriz mestra a difusão do PADRSS. Nesse ponto, cabe a pergunta: se este é um novo momento de investida da Contag para uma nova ‘cultura sindical’, qual seria essa ‘nova cultura’ e como a formação política estaria participando de sua construção?

A revisão bibliográfica sugere ser fundamental à pesquisa dar continuidade aos estudos sobre o sindicalismo rural brasileiro, contudo, por uma nova perspectiva de análise: a formação política.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Une classe objet**. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 17-18, Nov. 1977. p. 2-5.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/ Lisboa: Difel/Bertrand, 1989.

CUT/CONTAG. (1998). **Cartilha Projeto CUT/CONTAG**. São Paulo. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br>. Acesso em 08 mar 2012.

COLETTI, Tomé. **Organização da Produção na Agricultura Familiar: Análise das Proposições do Sindicalismo Rural Cutista do Sul do Brasil**. Santa Catarina: USM, 2005. Monografia de Conclusão de Curso - Centro de Ciências Econômicas, Universidade de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

CONTAG. **Trajetória política da Contag – As primeiras lutas**. Disponível em: <http://www.contag.org.br/enfoc/web/arquivos/documento/43/Trajetria-politica-da-contag--as-primeiras-lutas--revista-40-anos-da-contag.pdf>. Acesso em: 08 mar 2012.

CUT. Site. Disponível em: <http://www.cut.org.br/>. Acesso em: 08 mar 2012

ENFOC. Site. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/>. Acesso em: 12 abril 2012

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, v. 21 n.º. 62, 2006.

FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. Sociologie du militantisme: problématisations et déplacement des méthodes d'enquête. In: **Penser les mouvements sociaux: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines**. Paris: La Découverte, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol. 1 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. [Tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira]

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Org.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

_____. Agricultura familiar no Brasil: Aspectos da formação de uma categoria política. In: Mabel Manzanal; Guillermo Neiman. (Org.). **Las agriculturas familiares del Mercosur. Trayectorias, amenazas y desafíos**. Buenos Aires: Ciccus, 2010.

_____. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In Armando Boito et al (org.), **O sindicalismo brasileiro os anos oitenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola. 1985

RICCI, Ruddá. **Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, Caracterização e dinâmica recente do Pronaf — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004.

TAVARES, Ricardo. **CONTAG, da Ditadura à Transição – Memória Social e Construção Política do Campesinato**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992. Dissertação

(Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.